

Teor de uma petição foi dada a conhecer a deputados

Presidente da Câmara de Cantanhede reitera posição contra a transferência da gestão do hospital



O Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, João Moura, esteve hoje no Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, onde se encontrou com um grupo de deputados, a quem deu a conhecer o teor de uma petição a enviar ao Ministro da Saúde, documento que reitera a posição «contra a transferência da gestão do Hospital Arcebispo João Crisóstomo para a União das Misericórdias Portuguesas». O autarca afirma não ver «qualquer sentido neste processo» e manifesta-se «cada vez mais preocupado com a falta de resposta às reivindicações que tem vindo a fazer ao Ministério da Saúde relativamente a outras situações no campo da saúde». Segundo João Moura, a petição é mais um apelo «para que sejam atendidos os direitos e os legítimos interesses da população neste domínio, o que passa por manter o Hospital de Cantanhede integrado no Serviço Nacional de Saúde». O autarca recorda que, logo que foi tornada pública a possibilidade de transferir a gestão da unidade hospitalar para a União das Misericórdias Portuguesas, defendeu «junto do Ministério da Saúde que esta tem que continuar com o estatuto de hospital distrital de âmbito sub-regional, por forma a preservar o carácter de serviço público a uma população de mais de 60 mil habitantes, uma vez que serve outros concelhos limítrofes». A este propósito, o presidente da Câmara de Cantanhede refere que «que se trata de uma unidade hospitalar que foi alvo de um processo de requalificação de vulto e que tem cumprido exemplarmente a sua missão, além de que a sua gestão tem demonstrado condições de sustentabilidade financeira. O hospital tem profissionais de reconhecida competência, aos quais se deve um trabalho absolutamente exemplar, quer na resposta dos serviços à comunidade, quer na gestão eficaz e eficiente dos recursos, pelo que não podem ser postos em causa os seus direitos, quanto a vínculos, carreiras e suas legítimas expectativas profissionais». Situações que o autarca insiste em querer ver resolvidas urgentemente são «a inaceitável falta de médicos de família em algumas zonas do concelho e o incompreensível

atraso das obras na Unidade de Saúde Familiar de Febres. A Câmara Municipal cumpriu a sua parte do contrato programa celebrado com a Administração Regional de Saúde, na presença do Secretário de Estado de então, e resolveu atempadamente a questão das instalações, pelo que não há nenhuma razão para que o Ministério da Saúde não tenha ainda avançado com a reabilitação, como lhe compete nos termos do acordo» Quanto à Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia, o presidente da Câmara de Cantanhede adianta que, «embora se trate de um investimento privado, o Ministério da Saúde não pode ignorar este equipamento de qualidade indiscutível e que tem que ser rentabilizado em benefício da população, pelo que deve negociar com a entidade proprietária uma solução que permita avançar, o mais urgentemente possível, com a sua abertura» Entretanto, João Moura obteve do Ministério da Saúde garantias de que será mantido em Cantanhede o funcionamento de uma ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) com profissionais de saúde especializados, contrariando assim rumores de que este serviço estaria para ser desativado, «mas falta à tutela cumprir algumas situações que protocolou com a Câmara Municipal, que de resto tem feito no campo da saúde o que nenhuma autarquia ainda fez». E lembra a propósito o financiamento dos postos de enfermagem nas freguesias que não dispõem de extensão de saúde, projeto pioneiro a nível nacional, e a oferta de três viaturas às Unidades de Saúde Familiares para a prestação de cuidados de saúde domiciliários, para além de outras ações e iniciativas, entre as quais a negociação com o Governo, em 2007, que permitiu que o Hospital de Cantanhede mantivesse o atendimento dos utentes num horário que permite dar resposta à generalidade das solicitações no serviço de Assistência Médica não Programada (Consulta Aberta), para além de todas as outras valências, incluindo a Unidade de Cuidados Continuados.